

## Caminhos para o Desenvolvimento Sustentável

Resenha de *Fundamentos de Política e Gestão Ambiental* – Caminhos para a Sustentabilidade (Bursztyn; Bursztyn, 2013)

**Roque João Tumolo Neto<sup>1</sup>**

O livro “*Fundamentos de política e gestão ambiental*” é um trabalho de fôlego de Marcel Bursztyn e Maria Augusta Bursztyn, ambos professores da Universidade de Brasília e fundadores do Centro de Desenvolvimento Sustentável. Autores de muitos estudos publicados, este é mais um de seus trabalhos conjuntos.

Marcel Bursztyn graduou-se em Ciências Econômicas pela Universidade Federal do Rio de Janeiro em 1973, na qual concluiu seu Mestrado em Planejamento Urbano e Regional em 1976. Diplomou-se em *Planning Studies* pela University of Edinburgh em 1977, doutorando-se em *Developpement Economique et Social* pela Université de Paris I – Panthéon-Sorbonne, em 1982. Voltou à França para seu segundo Doutorado em *Economie* pela Université de Picardie-França em 1988 e Pós-Doutorado em Políticas Públicas na Universidade de Paris XIII e na École des Hautes Etudes em Sciences Sociales – Paris, entre 1989 e 1991. Entre os anos de 2007 e 2008 foi *Senior Research Fellow* na *Kennedy School of Government – Sustainability Science Program* da renomada Harvard University e, em 2009, foi professor visitante na

<sup>1</sup> Mestrando em Desenvolvimento Sustentável – política e gestão da sustentabilidade – CDS/UnB. Especialista em Gestão Ambiental pela UFF e Gestão Pública e Sociedade pela UFT. [rqneto@yahoo.com.br](mailto:rqneto@yahoo.com.br)

Université de Rennes 2 na França. Seus méritos acadêmicos e sua familiaridade com a França o tornaram membro do Comitê de Ética para a Pesquisa Agrícola do Inra e Cirad francês. Foi professor visitante na Université de Paris 3 (Sorbonne la Nouvelle) em 2012, ocupando a cátedra Simon Bolivar. Tem vasta experiência na área de socioeconomia, com ênfase em Desenvolvimento Sustentável, ligado à temática do desenvolvimento regional e das políticas públicas, da sustentabilidade, da Amazônia, do Nordeste e da gestão ambiental. É coeditor da Revista Sustentabilidade em Debate e membro do Comitê Editorial de 12 outras revistas científicas. De volta ao Brasil, pode ser encontrado pelos corredores do Centro de Desenvolvimento Sustentável da Universidade de Brasília, do qual é professor associado. Dentre suas obras e dezenas de publicações destacam-se “*A Grande Transformação Ambiental: uma Cronologia da Dialética Homem-Natureza*”, publicada pela editora Garamond em 2008, e “*O Poder dos Donos – Planejamento e Clientelismo No Nordeste*”, publicado pela Editora Vozes em 1984 e recentemente revisto e ampliado em uma edição da Garamond de 2008.

Maria Augusta Bursztyn graduou-se em Engenharia Civil pela Universidade de Brasília em 1975. Também em uma trajetória acadêmica “à francesa”, especializou-se em Engenharia Sanitária e Ambiental pela École Nationale de la Santé Publique em 1978, doutorando-se em Ciências da Água pela Université de Paris VI (Pierre et Marie Curie) em 1981. Uma década depois concluiu seu Pós-Doutorado em Avaliação Ambiental na École de Hautes Études en Sciences Sociales e, atualmente, é professora colaboradora do Centro de Desenvolvimento Sustentável da Universidade de Brasília. Atua nas áreas de gestão ambiental, desenvolvimento sustentável, instrumentos e políticas ambientais, políticas públicas e recursos hídricos. Dentre suas obras e publicações destaca-se “*Gestão Ambiental – Instrumentos e Práticas*”, publicada em 1994 pela Editora do Ibama.

Em um mundo em rápida mutação e desafios cada vez mais complexos, a obra, que chegou ao mercado em abril de 2013, tem o duplo objetivo de agregar e sintetizar uma série de temas correlatos à sustentabilidade, que só fizeram crescer em volume, especificidade e complexidade nas últimas décadas.

De saída os autores deixam clara a sua posição diante da questão ambiental: “nem pessimista, que pressente um cataclismo ambiental; nem cética, que prefere desconsiderar ou negar o problema”. Preferem tratá-la sem paixões, relacionando-a com as questões do desenvolvimento. Estas duas questões, sustentabilidade e desenvolvimento, se entrelaçaram com o despertar da consciência ecológica no início da década de 60 e ganharam voz nas décadas seguintes. Assim, as teorias do desenvolvimento foram sendo gradativamente permeadas pelas questões da sustentabilidade, particularmente no tocante à sustentabilidade ambiental.

Relegada inicialmente aos circuitos mais externos e exóticos da academia e da sociedade, a sustentabilidade tem sido ao longo desse tempo objeto de importantes contribuições teóricas e empíricas. A publicação deste livro se dá, conseqüentemente, em um contexto analítico bastante enriquecido. A obra não é a primeira a tratar dessa temática, mas talvez seja pioneira em fazê-lo de forma tão extensa e integrada em língua portuguesa, realizando um resgate antropológico e histórico da interação humana com o ambiente nos últimos dez milênios, com atenção para os 300 anos de Revolução Industrial e foco nas últimas seis décadas, convergindo dados de várias áreas do conhecimento.

Trata-se de texto que procura atingir todos aqueles interessados nos aspectos socioeconômicos e de governança da questão ambiental. Lançado pela editora Garamond, o livro conta com 604 páginas, distribuídas em 12 capítulos, além de índice remissivo, extensa lista de quadros, diagramas, boxes, definições, acrônimos e siglas e ampla bibliografia.

Por conta do subtítulo, “caminhos para a sustentabilidade”, o livro bem poderia ser considerado um manual, não fosse o formato acadêmico de alguns trechos, atribuindo crédito a todos que de alguma maneira se debruçaram sobre essa temática, inclusive aqueles que trataram de temas mais gerais. Tal cortesia, embora justa, acabou por conferir ao texto a precisão de sua forma.

Os autores procederam propositalmente dessa maneira por considerarem que “todos os esforços foram e são cruciais para a tarefa de explicar a nossa realidade, descortinar as nossas fragilidades e desvendar as nossas certezas e incertezas” (p. 29). Se por um lado o excesso de obras citadas no corpo do texto lhe retira a possibilidade de ser um manual *stricto sensu*, esse procedimento permite que os leitores acabem por desfrutar das pistas deixadas, que poderão levar a outras descobertas.

O capítulo 1, dividido em sete seções, é muito instigante. Trata da relação desenvolvimento e sustentabilidade, identificando o desenvolvimento como a mais moderna das utopias. Salientam os autores o quão difícil tem sido o entrosamento do componente econômico do desenvolvimento com a ecologia.

Os capítulos 2 e 3 fazem um resgate histórico da questão ambiental, dos primórdios da presença humana no planeta ao Relatório Brundtland, e deste aos dias atuais. O capítulo 2 é ambicioso ao ir tão longe no tempo, que, a depender da datação, remete à análise de cerca de cem mil anos de História, Antropologia e Sociologia. O capítulo 3, do Relatório Brundtland aos dias atuais, excessivo nos detalhes, dedica-se a um assunto de certa forma repisado. Apesar disso, importante pela sistematização que fazem da questão ambiental, esses dois capítulos cumprem seu papel.

O capítulo 4 trata de regulação, políticas públicas e governança ambiental. Com seções escritas didaticamente em seu início, vai tornando-se árido a partir da metade do capítulo, gerando para o leitor leigo certa difi-

culdade em identificar a costura que lhe dá unidade no âmbito dos assuntos tratados. Somente na parte dedicada às considerações finais do capítulo é que se consegue unir os pontos.

O capítulo 5 – “Política e Gestão Ambiental” –, escrito em formato de manual, é extremamente didático na apresentação da questão. Analisa a política ambiental a partir de quatro princípios: o princípio poluidor-pagador – PPP, o da prevenção, o da precaução e o da participação. Ao final, dedica algumas páginas à gestão ambiental e à tipologia dos instrumentos de política ambiental. O assunto, recheado de tecnicidades, é em outras obras frequentemente abordado aridamente, mas isso não ocorreu aqui e o leitor terá a oportunidade de desfrutar de uma agradável sistematização.

O mesmo não ocorre com o capítulo 6, “Instrumentos de Política Ambiental”. Construído de forma a lembrar um antigo manual de Economia, com gráficos, curvas e extensas definições, pouco interesse despertará no leitor leigo e no especialista: complexo para o primeiro, básico demais para o segundo.

O capítulo 7 – “Crise Ambiental Global” – trata de fatores que caracterizam o mundo atual: rápido avanço tecnológico, crescimento demográfico e a busca por crescimento econômico continuado. Tais fatores, atuando sinergicamente em circuito fechado, agravam a crise ambiental, com consequências também para a dinâmica econômica. De incrível clareza e fluidez na argumentação, este capítulo é um livro dentro de um livro. Explica como mudanças substantivas ocorridas em relação ao eixo doutrinário que orientou o pensamento liberal desde os primórdios da teoria econômica clássica conseguiram superá-lo, motivadas pelo rápido avanço tecnológico que possibilitou um rearranjo no quadro das complementaridades econômicas nacionais. O capítulo é bem escrito e prende a atenção do leitor do princípio ao fim.

O capítulo 8 trata da governança ambiental internacional, buscando responder em última instância o que leva os Estados a cooperar em torno da resolução das questões políticas ligadas ao meio ambiente, e em que condições tal cooperação pode ocorrer. Embasando a regulação transnacional em

cinco princípios – soberania nacional, direito ao desenvolvimento, direito de propriedade, livre comércio e responsabilidades comuns diferenciadas –, o capítulo resgata as organizações intergovernamentais e não governamentais e de seus papéis no contexto do meio ambiente global.

No capítulo 9 o assunto são os acordos ambientais internacionais. Não deixando de considerar que o pano de fundo das iniciativas voltadas à proteção do planeta é complexo e desafiador, os autores estão convictos de que o mundo marcha no sentido da construção de uma base institucional comum, envolvendo as nações no esforço de reduzir as pressões sobre a natureza. Para demonstrar isso eles analisam os acordos referentes ao clima, biodiversidade, desertificação e resíduos perigosos, que estão entre os temas de maior relevância no estágio atual da governança ambiental internacional. Neste capítulo o leitor tomará ciência dos detalhes desses acordos e de suas nuances em relação ao Brasil.

O capítulo 10 analisa o efeito estufa e as mudanças climáticas. Os autores fazem um esforço inicial para tratar dessas questões com imparcialidade. Consideram que é “sem dúvida um dos temas mais desafiadores da questão ambiental pelas polêmicas que suscita nos meios acadêmico, econômico e político” (p. 403). Se, porém, em um primeiro momento mantêm-se distantes da polêmica afirmando que “o seu tratamento no âmbito científico não consegue reunir um consenso absoluto” (p. 403), logo em seguida se posicionam, considerando que “as evidências empíricas são cada vez mais eloquentes, na medida em que novos estudos, apoiados em bases técnicas e em inventários de dados cada vez mais precisos e confiáveis, vêm confirmando cenários que apontam para a necessidade de um enfrentamento político do problema em escala internacional” (p. 403). Neste esforço de compilação e sistematização de dados, o leitor se deparará com um tema já bastante debatido. Traz como novidade, em uma das seções, a questão da vulnerabilidade, adaptação e mitigação, e, em outra, uma questão ainda bastante restrita aos círculos acadêmico e governamental: o papel do Brasil nas mudanças climáticas globais.

O capítulo 11, que se desdobra no capítulo 12, têm por título “Panorama da Política e da Gestão Ambiental no Brasil” 1 e 2, respectivamente. Aqui os autores fazem um apanhado de praticamente tudo o que se fez no Brasil sobre legislação e políticas públicas relacionadas ao meio ambiente a partir de 1930, quando se deu a reorientação econômica do país e teve início um processo de industrialização que ganhou celeridade nas décadas seguintes. De leitura obrigatória para aqueles que desejarem de uma só tacada descortinar os detalhes da questão, o capítulo 11 distribui-se em 5 seções e inúmeras subseções, detalhando à exaustão cada tópico abordado. O capítulo 12 tem 9 seções, contemplando desde a constituição do Sistema Nacional de Unidades de Conservação da Natureza – SNUC – em 2000 até a recente Política Nacional de Resíduos Sólidos – PNRS de 2010.

*Fundamentos de política e gestão ambiental*, além de ser um excelente livro-texto para cursos voltados especificamente à gestão ambiental, em âmbito de Graduação, ou de cursos que de forma explícita tratem da interação humana com o ambiente, deve ser lido por todos aqueles interessados na temática ambiental. A indefinição quanto ao formato do texto, ora acadêmico, ora em formato de manual, pode, por vezes, deixar o leitor desapontado ao se deparar com detalhes de mais ou de menos, a depender do capítulo e da seção. O livro cumpre bem seu papel como manual e, mesmo não trazendo novidades, trata-se, sem dúvida, de uma importante obra de sistematização.

## Referência

BURSZTYN, M.; BURSZTYN, M. A. *Fundamentos de política e gestão ambiental – Caminhos para a sustentabilidade*. Rio de Janeiro: Garamond. 2013. 604 p.

Recebido em: 26/2/2013

Acceto em: 26/4/2013